



APADIMP

Anexo
Demonstrações Financeiras

2016

Índice

Nota 1) Identificação da entidade -----	Pág. 2
Nota 2) Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras ----	Pág. 2
Nota 3) Principais políticas contabilísticas -----	Pág. 3
Nota 4) Fluxos de caixa -----	Pág. 4
Nota 5) Activos Fixos Tangíveis -----	Pág. 4
Nota 6) Rédito -----	Pág. 5
Nota 7) Inventários -----	Pág. 5
Nota 8) Fundo Patrimonial -----	Pág. 6
Nota 9) Subsídios e Doações -----	Pág. 7
Nota 10) Instrumentos financeiros -----	Pág. 8
Nota 11) Outras informações -----	Pág. 9

Nota 1) Identificação da entidade

A APADIMP é uma Instituição Particular de Solidariedade Social e de Utilidade Pública – DR 3ª Serie, nº93 21/04/1988 e DR 2ª Serie, nº126 01/06/1983.

Obteve a Certificação EQUASS ASSURANCE nível 1 – Certificação de qualidade dos serviços sociais, em Julho de 2013. Esta certificação estimula o desenvolvimento do sector, promove o compromisso com a qualidade, a melhoria contínua, contribui para a modernização dos serviços, possibilita a diferenciação, utilizando a qualidade dos seus serviços de forma a satisfazer as necessidades dos clientes / utentes acrescentando valor aos padrões globais de qualidade de vida.

A APADIMP, tem como Missão responder a todas as pessoas com deficiência mental (multideficiência) do concelho de Penafiel e Vale do Sousa através das suas valências: Socioeducativo, Centros de Atividades Ocupacionais, Lar Residencial, Centro de Recursos para a Inclusão e Intervenção Precoce na Infância.

Nota 2) Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras - Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, os Modelos de Demonstrações Financeiras - Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março, o Código de Contas - Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) - Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março. Mais especificamente foram utilizadas as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Regime da periodização económica (acréscimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e gastos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas em “Credores por acréscimos de gastos”.

Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

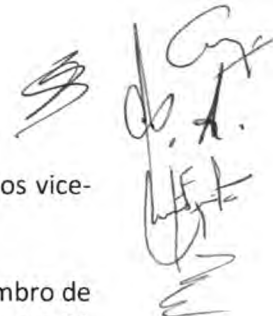
Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi

compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de Dezembro de 2016 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2015.



Nota 3) Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas-

Inventário

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes e Utentes", "Fornecedores" e "Outras contas a receber e a pagar" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários.

Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Nota 4) Fluxos de Caixa

4.1. Comentário da administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Depósitos a Prazo	31/12/2016	31/12/2015
CGD	265.444,52 €	265.444,52 €
CCAM	15.000,00 €	19.946,05 €
BES	0,00 €	2.943,98 €
BES	0,00 €	8.484,31 €
Total	280.444,52 €	296.818,86 €

4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Caixa e Depósitos Ordem	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	2.007,08 €	7.769,67 €
Depósitos à Ordem		
CGD	163.362,97 €	124.401,09 €
CCAM	44.218,62 €	36.116,89 €
Montepio	520,00 €	520,00 €
Total	210.108,67 €	168.807,65 €

Nota 5) Ativos Fixos Tangíveis

5.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

a) Bases de mensuração

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo do custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Método de depreciação usado

A Empresa deprecia os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de depreciação médias:

Ativos Tangíveis	Vida Útil	Tx. Depreciação
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções	10 - 50	2% - 10%
Equipamento básico	3 - 8	13% - 33,33%
Equipamento de transporte	2 - 8	13% - 50%
Equipamento administrativo	3 - 8	13% - 33,33%
Equipamentos biológicos	2 - 10	10% - 50%
Outros ativos fixos tangíveis	2 - 8	13% - 50%

d) / e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

2016								
	Terrenos e Recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros AFT	Biológicos	Total
QUANTIA ESCRITURADA BRUTA:								
Saldo 31/12/2015	1.420.373,70 €	2.245.156,74 €	159.509,17 €	203.188,14 €	121.808,08 €	4.143,88 €	42,00 €	4.154.221,71 €
Adições	0,00 €	3.771,05 €	7.409,40 €	56.400,00 €	4.253,18 €	0,00 €	0,00 €	71.833,63 €
Alienações	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Saldo 31/12/2016	1.420.373,70 €	2.248.927,79 €	166.918,57 €	259.588,14 €	126.061,26 €	4.143,88 €	42,00 €	4.226.055,34 €
DEPRECIÇÕES ACUMULADAS:								
Saldo 31/12/2015	0,00 €	1.757.795,56 €	135.911,31 €	178.893,59 €	120.430,33 €	4.143,88 €	0,00 €	2.197.174,67 €
Adições	0,00 €	12.297,05 €	7.231,98 €	14.092,90 €	2.694,68 €	0,00 €	0,00 €	36.316,61 €
Alienações	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Saldo 31/12/2016	0,00 €	1.770.092,61 €	143.143,29 €	192.986,49 €	123.125,01 €	4.143,88 €	0,00 €	2.233.491,28 €
QUANTIA ESCRITURADA	1.420.373,70 €	478.835,18 €	23.775,28 €	66.601,65 €	2.936,25 €	0,00 €	42,00 €	1.992.564,06 €

Nota 6) Rédito

6.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

A Empresa reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

- Prestação de serviços** – são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço;
- Juros** – são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo.

6.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período

	2016	2015
Prestação Serviços	129.919,81 €	207.524,04 €
Juros	282,36 €	1.533,09 €
Total	130.202,17 €	209.057,13 €

Nota 7) Inventários

7.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como as matérias-primas e a mão-de-obra direta, incluindo ainda gastos gerais

de produção fixos e variáveis. A imputação de gastos gerais de produção fixos é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A Empresa adota como fórmula de custeio dos seus inventários a identificação específica, ou seja, são atribuídos a elementos identificados do inventário nos seus custos individuais.

7.2. A quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período

	2016	2015
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo		
Inventário Inicial	0,0 €	1.686,56 €
Compras	54.135,50 €	54.202,34 €
Inventário Final	663,83 €	0,0 €
Gasto do Período	53.471,67 €	55.888,90 €

7.3. Trabalhos para a própria entidade

	2016	2015
Autoconsumos - Horta		
Consumos	451,10 €	287,25 €
Gasto do Período	451,10 €	287,25 €

Nota 8) Fundo Patrimonial

8.1. Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício e cada uma das rubricas de capitais próprios

Fundos Patrimoniais	2016	2015
Resultados Transitados	579.758,87 €	550.877,62 €
Outras Variações no Capital Próprio	1.700.985,54 €	1.704.985,54 €
Resultado Líquido do Exercício	43.213,17 €	28.881,25 €
Total do Fundo Patrimonial	2.323.957,58 €	2.284.744,41 €

Nota 9) Subsídios e Doações

9.1. Políticas contabilísticas adotadas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo como justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos (p.ex., para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração ou no âmbito de programas de formação profissional) são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como Passivos, na rubrica "Financiamentos obtidos".

As Doações efetuadas são contabilizadas como proveitos.

9.2. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo

A APADIMP reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes Subsídios do Governo:

2016		
Descrição	Natureza	Demonstração dos Resultados
Instituto Segurança Social, I.P.	À exploração	695.904,60 €
Autarquia	À exploração	41.375,00 €
Instituto Politécnico	À exploração	240,00 €
DREN	À exploração	101.216,62 €
IEFP	À exploração	4.160,44 €
Total		842.896,66 €

9.3. Doações reconhecidos nas demonstrações financeiras

A APADIMP reconheceu nas suas demonstrações financeiras as seguintes Doações:

Descrição	2016
Donativos	40.137,27 €
Total	40.137,27 €

Nota 10) Instrumentos financeiros

10.1. Utentes, Fornecedores, Associados e Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de utentes e fornecedores apresenta a seguinte decomposição

Descrição	2016		2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Utentes	6.392,50 €	0,00 €	1.055,00 €	0,00 €
Fornecedores	0,00 €	15.189,88 €	0,00 €	13.813,38 €
Fornecedores Imobilizado	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Pessoal	170,88 €	0,00 €	429,89 €	0,00 €
Associados	6.042,25 €	0,00 €	15.617,75 €	0,00 €
Total	12.605,63 €	15.189,88 €	16.672,75 €	13.813,38 €

10.2. Outras Contas a Receber e a Pagar

A rubrica de Outras contas a receber e a pagar são detalhadas da seguinte forma:

Descrição	2016		2015	
	Débito	Crédito	Débito	Crédito
Devedores Acréscimo Rendimentos				
Juros a receber	0,00 €	1,25 €	0,00 €	0,00 €
Outros Devedores	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Credores Acréscimo Gastos				
Remunerações a liquidar	0,00 €	101.855,22 €	0,00 €	94.923,36 €
Outros credores	135,30 €	2.781,82 €	750,30 €	9.165,79 €
Receitas com Proveito diferido				
IEFP	0,00 €	8.205,27 €	0,00 €	8.205,27 €
Município Penafiel	1.000,00 €	0,00 €	1.000,00 €	0,00 €
Credores Diversos	832,15 €	16.702,36 €	832,15 €	0,00 €
Total	1.967,45 €	129.545,92 €	2.582,45 €	112.294,42 €

10.3. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de Estado e Outros Entes Públicos apresenta a seguinte decomposição

Descrição	2016		2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Retenção na Fonte	0,00 €	4.628,50 €	0,00 €	6.778,95 €
Imposto sobre Valor Acrescentado	2.681,65 €	0,00 €	1.798,51 €	0,00 €
Contribuições para a Segurança Social	0,00 €	25.224,19 €	0,00 €	23.508,86 €
Contribuições para Outros Organismos	0,00 €	82,05 €	0,00 €	23.508,86 €
Total	2.681,65 €	29.934,74 €	1.798,51 €	30.287,81 €

A APADIMP não tem dívidas ao Estado e a Outros Entes Públicos que estejam em situação de mora.

10.4. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de "Diferimentos" apresenta a seguinte decomposição

Descrição	2016	2015
Gastos a reconhecer		
Seguros	6.727,21 €	5.142,57 €
Outros gastos	1.627,65 €	1.553,85 €
	8.355,36 €	6.696,42 €
Rendimentos a reconhecer		
IEFP	790,13 €	790,13 €
POPH	9.972,92 €	9.972,92 €
	10.763,05 €	10.763,05 €

Nota 11) Outras informações

11.1. Gastos

O detalhe da rubrica "Gastos" em 31/12/2016 é o seguinte:

	2016	2015
Fornecimentos e Serviços Externos	191.885,23 €	155.099,17 €
Total	191.885,23 €	155.099,17 €

11.2. Outros gastos e perdas

O detalhe da rubrica "Outros gastos e perdas" em 31/12/2016 é o seguinte:

	2016	2015
Outros gastos e perdas	30.323,86 €	56.006,36 €
Juros suportados	0,00 €	0,00 €
Total	30.323,86 €	56.006,36 €

11.3. Gastos com Pessoal

O detalhe da rubrica "Gastos com pessoal" em 31/12/2016 é o seguinte:

	2016	2015
Remunerações	554.371,65€	558.295,84€
Encargos sobre remunerações	116.184,95€	114.369,51€
Formação profissional	5.790,10 €	9.668,40 €
Seguros	6.704,92 €	7.113,70 €
Outros gastos com pessoal	11.281,63 €	1.626,37 €
Total	694.333,25 €	691.073,51 €

O número médio de pessoas ao serviço da Instituição durante o presente exercício foi de 54.

11.4. Outros rendimentos e ganhos

O detalhe da rubrica "Outros rendimentos e ganhos" em 31/12/2016 é o seguinte:

	2016	2015
Rendimentos Suplementares	12.135,15 €	7.651,02 €
Descontos PP obtidos	784,32 €	719,00 €
Outros	11.339,62 €	4.352,72 €
Quotas associados	11.597,50 €	12.301,00 €
	35.856,59 €	25.023,74 €

A Direção,

Spinel Vieira Lopes

Alberto Santos de Siqueira Carvalho

Herminia Fausta Ribeiro Soares Frequentes

Ismael de Sousa Lopes

João Joaquim da Costa Amorim

